DocuSign Envelope ID: 2D6DBA62-368B-480D-84B7-66FE2869BCE4

EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 15 DIAS. PROCESSO Nº 0009828-45.2022.8.26.0100 O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 3ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). Ana Laura Correa Rodrigues, na forma da Lei, etc. **FAZ SABER** a(o) **SMARFA CONFECÇÕES LTDA**, CNPJ 02827307000196, que por este Juízo, tramita de uma ação de **Cumprimento de sentença**, movida por **Twin Investimentos e Serviços Ltda**, CNPJ - 10469471000105. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, nos termos do artigo 513, §2º, IV do CPC, foi determinada a sua **INTIMAÇÃO por EDITAL**, para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, pague a quantia de R$ 255.487,46, devidamente atualizada, sob pena de multa de 10% sobre o valor do débito e honorários advocatícios de 10% (artigo 523 e parágrafos, do Código de Processo Civil). Fica ciente, ainda, que nos termos do artigo 525 do Código de Processo Civil, transcorrido o período acima indicado sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias úteis para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. **NADA MAIS**. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 16 de maio de 2022. Eu, Maria Madalena da Silva Antonio, Coordenador, conferi e assino, Eu, Viviane Thomaz de Sousa – Escrevente Técnico Judiciário, digitei.

Publique em jornal de grande circulação.

Ligue já:
11. 3729-6600

Argemil Armazéns Gerais Mirambava S.A. - CNPJ/MF 46.201.869/0006-00

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 *(Valores expressos em milhares reais) (As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis)*

RELATÓRIO DA DIRETORIA Senhores Acionistas, a Administração da Argemil Armazéns Gerais Mirambava S.A., em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submete à apreciação dos acionistas o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações financeiras, acompanhadas do parecer dos Auditores Independentes, correspondentes aos exercícios findos em 31/12/2021 e de 2020. Santos 25/05/2022. **A Diretoria.**

BALANÇOS PATRIMONIAIS

A T I V O	Nota	2021	2020
Circulante: Caixa e equivalentes de caixa	4	36	7
Tributos a recuperar	5	57	325
Outros créditos		303	-
Despesas antecipadas	6	4	10
		400	**342**
Não circulante: Partes relacionadas	7	7.277	7.277
Tributos a Recuperar	5	282	-
		7.559	**7.277**
Imobilizado	8	3.644	3.922
		3.644	**3.922**
Total do ativo não circulante		**11.203**	**11.199**
Total do ativo		**11.603**	**11.541**
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Circulante: Fornecedores	9	10	10
Obrigações trabalhistas	10	9	2
Obrigações tributárias	10	2	1
Outras contas a pagar	11	128	95
		149	**108**
Não circulante: Partes relacionadas	7	4.882	3.833
Adiantamento para futuro aumento de capital	12	-	390
Impostos diferidos	13	-	33
Total do passivo não circulante		**4.882**	**4.256**
Patrimônio líquido: Capital social	14	20.599	20.599
Ajuste de avaliação patrimonial		-	64
Prejuízos acumulados		(14.027)	(13.486)
Total do patrimônio líquido		**6.572**	**7.177**
Total do passivo e do patrimônio líquido		**11.603**	**11.541**

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

	Nota	2021	2020
Receita operacional líquida	15	-	-
Custo de prestação de serviços	16	-	(418)
		-	**(418)**
(+/-) Despesas e receitas operacionais			
Despesas administrativas e comerciais	17	(1.030)	(976)
Prejuízo antes do resultado financeiro		**(1.030)**	**(1.394)**
Despesas financeiras		(11)	(11)
Receitas financeiras		403	176
	18	**392**	**165**
Resultado antes das provisões tributárias		**(638)**	**(1.228)**
Imposto de renda e contribuição social corrente	22	33	99
Prejuízo do exercício		**(605)**	**(1.129)**
Prejuízo por ação (em R$)		**(0,03)**	**(0,06)**

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Capital social	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31/12/19	**18.689**	**257**	**(12.550)**	**6.396**
Aumento de capital	1.910	-	-	1.910
Prejuízo do exercício	-	-	(1.129)	(1.129)
Realização dos ajustes de avaliação patrimônial (líquido de impostos)	-	(193)	193	-
Saldos em 31/12/20	**20.599**	**64**	**(13.486)**	**7.177**
Aumento de capital	-	-	-	-
Prejuízo do exercício	-	-	(605)	(605)
Realização dos ajustes de avaliação patrimônial (líquido de impostos)	-	(64)	64	-
Saldos em 31/12/21	**-**	**-**	**(14.027)**	**6.572**

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

	2021	2020
Prejuízo do exercício	(605)	(1.129)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	**(605)**	**(1.129)**

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

	2021	2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado líquido antes das provisões tributárias	(638)	(1.228)
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais"		
Depreciações e amortizações	278	787
Juros e variações monetárias líquidas s/mútuos	9	6
(Decréscimo)/acréscimo em ativos		
Tributos a recuperar	(14)	(21)
Outros créditos	(302)	-
Despesas antecipadas	5	(9)
(Decréscimo) acréscimo em passivos		
Fornecedores	-	(10)
Obrigações trabalhistas e tributárias	8	(1)
Outras contas a pagar	33	70
Caixa líquido consumido pelas atividades operacionais	**(621)**	**(404)**
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de imobilizados e intangíveis	-	-
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	**-**	**-**
Das atividades de financiamentos com acionistas		
Mútuos concedidos ou pagos	(72)	(44)
Mútuos captados ou recebidos	722	440
	650	**396**
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos	**650**	**396**
Aumento/(redução) de caixa e equivalentes de caixa	**29**	**(8)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	7	15
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	36	7
Aumento/(redução) de caixa e equivalentes de caixa	**29**	**(8)**

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS

1. Contexto operacional: A Argemil Armazéns Gerais Mirambava S.A. ("Sociedade"), foi constituída em 7/7/81 com objeto social: "Armazéns Gerais e Operações portuárias em geral, nos termos da Lei nº 8.630 de 25/2/93 compreendendo os serviços de estiva e destiva de navios, bem como os demais correlatos ás escalas de operações de navios nos Portos; o estabelecimento de armazéns para guarda, conservação e depósito de mercadorias de terceiros, podendo executar serviços inerentes a essas atividades; serviços de movimentação de mercadorias de qualquer natureza destinadas a embarque e desembarque de navios por meio de pessoal e materiais apropriados , e outros equipamentos especializados; demais serviços inerentes ás atividades de Operador Portuário no regime de armazéns gerais conforme Lei 1102; Entidade Estivadora; Transporte Rodoviário em Geral, Municipais, Intermunicipais, Interestaduais e Internacionais; participação em outras sociedades como sócia quotista e/ou acionista; intermediação e o agenciamento de transporte rodoviário de produtos químicos e petroquímicos e de derivados de petróleo a granel ou embalados entre outras empresas industriais e/ou comerciais desses produtos e as empresas transportadoras e/ou produtoras e as empresas transportadoras e/ou transportadores autônomos de carga" e "transporte rodoviário de produtos perigosos". A Sociedade possui Sede na cidade de Suzano, estado de São Paulo, na Rua Coronel Souza Franco, nº 64, Bairro Vila Maluf, CEP 08685-010. Em 29/6/18, diante do interesse dos sócios de segregarem a forma de atuação da Sociedade em unidades de negócio distintas, foi deliberada e aprovada a cisão parcial da Empresa em favor a transferir para Kadosh, sociedade constituída para este fim, a Parcela Cindida. Em consequência a Argemil teve seu Capital Social reduzido no mesmo valor da redução verificada em seu patrimônio líquido R$ 21.411.200,00, cancelando-se 21.411.200 quotas integralizadas. Em 12/2/19, foi aprovada conforme Ata de Reunião dos Quotistas a transformação da Sociedade Limitada em Sociedade Anônima. Em 5/11/19, foi aberta a filial de Santos, aprovada e deliberada conforme AGE em 20/9/19 a filial na Rua Quinze de Novembro, 46, Centro, CEP 11010-150, como escritório administrativo. Em 6/11/19, foi realizada AGE para aprovar a filial de Santos se tornar a Sede e a de Suzano passar a ser filial. Em 20/12/19, conforme AGE foi aprovada e deliberada a abertura da filial administrativa de Ribeirão Preto, na Rodovia Alexandre Balbo s/n KM 327. O plano da Administração para os próximos anos é de uma expectativa de retomada das operações, partindo na mudança do objeto social para distribuidora de combustíveis, uma vez que no planejamento estratégico busca implementar toda a cadeia logística com a verticalização de combustíveis e produtos químicos, utilizando outras empresas do Grupo. **1.1.** Impactos da COVID-19: Os anos de 2020 e 2021 se notabilizaram pela pandemia do novo coronavírus (COVID-19), que provocou crises sanitária e econômico-financeira de alcance mundial, cujos efeitos ainda hoje são sentidos globalmente, inclusive no Brasil. Esses impactos impuseram à Argemil desafios de toda ordem - administrativos e financeiros -, que a Companhia soube navegar a fim de manter a continuidade de seus projetos de investimentos e a sua sólida saúde financeira, sem perder o foco na preservação da integridade física e mental de seus funcionários e terceirizados. Ao longo do exercício, a Companhia manteve seus projetos em andamento, sem sofrer interrupções, paralisações ou suspensões de qualquer natureza, ao mesmo tempo, adotou medidas de preservação do caixa, negociação com fornecedores e prestadores de serviço, fazendo a contenção de custos e despesas, bem como administrativas de simplificação e eficiência da estrutura organizacional. **2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações contábeis: 2.1.** Declaração de conformidade e aprovação das demonstrações contábeis: As demonstrações contábeis da Empresa para os exercícios findos em 31/12/21 foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A Empresa adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo CPC que estavam em vigor em 31/12/21. As demonstrações contábeis da Empresa do exercício findo em 31/12/21, foram autorizadas para emissão pela Administração da Empresa em 25/5/22, considerando os eventos subsequentes ocorridos até esta data. **2.2.** Base de apresentação: As demonstrações contábeis são elaboradas com o apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis são apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para demandas judiciais. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Empresa revisa suas estimativas e premissas anualmente. **2.3.** Moeda funcional: As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional da Empresa. **2.4.** Conversão de moeda estrangeira: Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional (o Real) utilizando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e nos encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado. **2.5.** Uso de estimativas e julgamentos: A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Tais estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. Itens significativos sujeitos à estas estimativas e premissas incluem a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, estimativas para reconhecimento da Perda Esperada com Crédito de Liquidação Duvidosa (PECLD), bem como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para demandas judiciais. A liquidação das transações envolvendo estas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis, devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Administração monitora e revisa periódica e tempestivamente essas estimativas e suas premissas. **2.6.** Regime de escrituração contábil: As receitas, os custos e as despesas foram registrados pelo regime de competência. Os ativos realizáveis e passivos exigíveis até o prazo de um ano foram classificados no circulante e aqueles com prazos superiores a um ano foram classificados no grupo não circulante. **3. Sumário das principais práticas contábeis: a)** Reconhecimento da receita, custos e despesas: A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Empresa e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A empresa avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. As receitas são apresentadas nos resultados dos exercícios pelo seu valor líquido, ou seja, excluem os impostos incidentes sobre elas e são reconhecidas com base nos serviços prestados, na sua efetiva prestação. O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência sendo os custos compostos por gastos com produção e serviços que estão demonstrados separadamente das despesas operacionais, e são registrados no exercício em que incorrerem. **b)** Caixa e equivalentes de caixa: Incluem caixa e saldos positivos em contas correntes mantidas junto às instituições financeiras. A Empresa considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e, estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, como por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação. As aplicações realizadas em investimentos com vencimento superior a três meses são classificadas como títulos e valores mobiliários, uma vez que possuem uma liquidez diferenciada. **c)** Contas a receber de clientes: Estão apresentadas a valores de realização e, quando necessário, serão constituídas provisões para perdas com base na análise dos riscos de realização, em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos recebíveis. **d)** Imobilizado e intangível líquido: São registrados pelos custos de aquisição deduzido da depreciação e amortização acumuladas. As depreciações e amortizações são computadas pelo método linear e reconhecidas no resultado do exercício de acordo com as taxas mencionadas na Nota 8 e leva em consideração o tempo da vida útil-econômica estimada dos bens. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico-futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. As benfeitorias em propriedades arrendadas são demonstradas pelo custo de aquisição acrescido da mais valia, resultado do custo atribuído (deemed cost), em conformidade com o Pronunciamento Técnico 37 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, ICPC 10 - Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado emitidos pelo CPC. **e)** Impairment de ativos não financeiros: De acordo com as disposições do CPC 01 - Redução ao Valor recuperável de ativos, ativo imobilizado e ativo intangível são submetidos a testes de perda no valor recuperável sempre que eventos ou alterações em circunstâncias indicarem que seu valor contábil poderá não ser recuperado. Os ativos que têm vida útil definida são revisados para verificação de indicadores de impairment em cada data de balanço e sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Caso exista indicador, os ativos são testados para impairment. Uma perda por impairment é reconhecida pelo montante em que o custo contábil do ativo excede seu valor recuperável. **f)** Tributação: Impostos sobre as vendas: As receitas de vendas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições pelas seguintes alíquotas básicas: • Imposto Sobre Serviços (ISS) - alíquota de 4%; • Programa de Integração Social (PIS) - alíquota 1,65%; • Contribuição para Financiamento de Seguridade Social (COFINS) - alíquota de 7,6%. Lucro real anual: Para os exercícios de 2021 e de 2020 o regime de tributação da Empresa foi o lucro real anual aplicando-se as alíquotas regulares do respectivo imposto e contribuição, observando os critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente, calculados pelas alíquotas regulares de 15%, acrescida de adicional de 10% para o Imposto de Renda e de 9% para a Contribuição Social. **g)** Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas: A preparação das demonstrações contábeis da Empresa requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos na data-base das demonstrações contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderiam levar a resultados que requeiram ajustes ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros. **h)** Ativos contingentes e provisão para demandas judiciais: As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos são as seguintes: • Ativos contingentes: são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa; • Passivos: são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis de desembolso de caixa futuro e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos avaliados como sendo de perdas possíveis, são apenas divulgados em nota explicativa, e os passivos avaliados como de perdas remotas, não são provisionados e, tampouco, divulgados. **i)** Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes): Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômico-futuros serão gerados em favor da Empresa, e seu custo ou valor, puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial, quando a Empresa possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes, quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. **j)** Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração: Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Empresa se torna parte das disposições contratuais destes. No momento do reconhecimento inicial, os ativos financeiros são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda; e os passivos financeiros são classificados como passivo financeiro a valor justo por meio do resultado. **l)** Mensuração subsequente: A mensuração subsequente dos instrumentos financeiros depende da classificação de ativos e passivos financeiros, que pode ser da seguinte forma: • Ativos financeiros: os principais ativos financeiros reconhecidos pela Empresa são caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outros ativos. São classificados de acordo com o propósito para os quais foram adquiridos; • Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado: incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. À cada data do balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, correção monetária, a variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo são reconhecidos no resultado quando incorridos, na data contábil de receitas e despesas financeiras; • Passivos financeiros: os principais passivos financeiros reconhecidos pela Empresa são contas a pagar de fornecedores, empréstimos e financiamentos e saldos com partes relacionadas. São classificados de acordo com a natureza dos instrumentos financeiros contratados: (i) Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado: incluem passivos financeiros usualmente negociados antes do vencimento, passivos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. A cada data do balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, correção monetária, a variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, são reconhecidos no resultado quando incorridos, na data contábil de receitas e despesas financeiras; (ii) Empréstimos e financiamentos: após reconhecimento inicial, os empréstimos e financiamentos estão sujeitos a juros e são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa efetiva de juros; (iii) Outros passivos financeiros: os juros, atualização monetária e variação cambial, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado quando incorridos, na conta contábil de receitas ou despesas financeiras. A Empresa classifica nessa categoria os passivos relativos a fornecedores e contas a pagar e outras obrigações. **II)** Hierarquia de valor justo: A Empresa usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação: • Nível 1: preços cotados (sem ajustes) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos; • Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sem observáveis, direta ou indiretamente; • Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado. Equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários são classificados dentro do Nível 2 e o valor justo é informado pelo banco via extratos dos bancos, que fazem uso de preços de mercado cotados para instrumentos similares. O valor justo de equivalentes de caixa, contas a receber e contas a pagar se aproxima de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos e, portanto, não foi necessária a aplicação de técnicas para mensurá-lo.

4. Caixa e equivalentes de caixa:

	2021	2020
Bancos	36	7
	36	**7**

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e aplicação financeira de curto prazo, de alta liquidez, que é prontamente conversível em um montante conhecido de caixa e que está sujeita a um insignificante risco de mudança de valor.

5. Tributos a recuperar:

	2021	2020
Saldo Negativo de IRPJ (a)	-	282
PIS	11	8
COFINS	46	35
Total tributos a recuperar - circulante	**57**	**325**

(a) O valor é proveniente de saldo negativo apurado em 2014. Em dezembro de 2019 a empresa solicitou a restituição do saldo não compensado, mediante entrega do pedido de restituição. Em 2021 o saldo foi reclassificado para o ativo não circulante, sendo assim, em 31/12/21 o saldo de tributos a recuperar - não circulante é de R$ 282.

6. Despesas Antecipadas:

	2021	2020
Prêmios de Seguros a apropriar	4	9
Vale Alimentação	-	1
	4	**10**

7. Partes Relacionadas:

Mútuos ativos	**Prazo**	**2021**	**2020**
Eudmarco Armazéns Gerais Ltda (2)	indeterminado	2.407	2.407
Fca Com. Ext. e Logística Ltda (2)	indeterminado	4.870	4.870
		7.277	**7.277**
Mútuos passivos	**Prazo**	**2021**	**2020**
Aba Infraestrutura e Logística Ltda. (2)	indeterminado	327	327
Bandeirante Química Ind. E Com. Ltda. (1)	indeterminado	-	70
Kadosh Participações (1)	indeterminado	163	156
Concais (2)	indeterminado	3.280	3.280
Adonai Química (2) (a)	indeterminado	722	-
Carlos Cesar Floriano	Indeterminado	200	-
Alípio José Gusmão dos Santos	indeterminado	190	-
		4.882	**3.833**

(1) As operações com partes relacionadas, celebradas por contrato de mútuo com pessoas ligadas, com amortizações periódicas, são corrigidas mensalmente à taxa de 100% do CDI; (2) As operações comuns de saldos entre partes relacionadas, em contas correntes de empresas coligadas e entre controladoras em contas correntes de empresas coligadas e entre controladoras e suas controladas, sem vencimento predeterminado, não há incidência de encargos financeiros e cobrança de juros: (a) Em 2021 para honrar seus compromissos a empresa realizou mútuo com empresa ligada.

8. Imobilizado:

	Vida útil (em anos)	Taxa %	2021	2020
Fração imóvel - Ribeirão Preto	-	-	3.264	3.264
Máquinas, aparelhos e equipamentos	10	10	970	970
Equip. eletrônicos proc. de dados	5	20	162	162
Móveis e utensílios	10	10	21	21
Ferramentas	10	10	2	2
Benf. propriedades arrendadas	-	-	4.547	4.547
Benf. propr. Arrend. deemed coast	-	-	2.976	2.976
Total			**11.942**	**11.942**
Depreciação acumulada			(8.418)	(8.140)
Projetos em andamento			120	120
Ativo imobilizado líquido			**3.644**	**3.922**

Avaliamos o valor contábil dos bens do ativo imobilizado e concluímos que os mesmos não estão apresentados acima de seu valor recuperável por uso ou venda.

8.1. Movimentação do custo do ativo imobilizado:

Custo - 2020	**2020**	**Adições**	**Baixas**	**2021**
Fração imóvel - Ribeirão Preto	3.264	-	-	3.264
Máq. aparelhos e equipamentos	970	-	-	970
Equip. eletrônicos proc. de dados	162	-	-	162
Móveis e utensílios	21	-	-	21
Ferramentas	2	-	-	2
Benf. propriedades arrendadas	4.547	-	-	4.547
Benf. Prop. Arrend. deemed coast	2.976	-	-	2.976
Total	**11.942**	**-**	**-**	**11.942**

8.2. Movimentação da depreciação do ativo imobilizado:

Depreciação 2020	**2020**	**Adições**	**Baixas**	**2021**
Fração imóvel - Ribeirão Preto	-	-	-	-
Máquinas, aparelhos e equipamentos	(700)	(29)	-	(729)
Equip. eletrônicos proc. de dados	(158)	(1)	-	(159)
Móveis e utensílios	(19)	-	-	(19)
Ferramentas	(2)	(1)	-	(3)
Benf. propriedades arrendadas	(4.383)	(149)	-	(4.532)
Benf. Prop. Arrend. deemed coast	(2.878)	(98)	-	(2.976)
Total	**(8.140)**	**(278)**	**-**	**(8.418)**
Depreciação 2019	**2019**	**Adições**	**Baixas**	**2020**
Fração imóvel - Ribeirão Preto	-	-	-	-
Máquinas, aparelhos e equipamentos	(652)	(48)	-	(700)
Equip. eletrônicos proc. de dados	(157)	(1)	-	(158)
Móveis e utensílios	(19)	-	-	(19)
Ferramentas	(1)	(1)	-	(2)
Benf. propriedades arrendadas	(3.939)	(444)	-	(4.383)
Benf. Prop. Arrend. deemed coast	(2.586)	(292)	-	(2.878)
Total	**(7.354)**	**(786)**	**-**	**(8.140)**

9. Fornecedores:

	2021	2020
Fornecedores	10	10
	10	**10**

Fornecedores nacionais representados substancialmente por valores a vencer em até 30 dias.

10. Obrigações tributárias e trabalhistas:

	2021	2020
Provisão para férias e encargos	1	1
INSS a recolher	3	1
Autônomos a pagar	5	-
Obrigações trabalhistas	**9**	**2**
Circulante	**9**	**2**
Contribuições retidas a recolher	2	1
Obrigações tributárias	**2**	**1**

11. Outras Contas a Pagar:

	2021	2020
Aluguéis a Pagar	30	-
Energia Elétrica a Pagar	-	1
Seguros a Pagar	6	3
IPTU a Pagar	91	91
Taxas e Emolumentos a Pagar	1	-
Total	**128**	**95**

12. Adiantamento para futuro aumento de Capital:

	2021	2020
Carlos Cesar Floriano	-	200
Alípio José Gusmão dos Santos	-	190
Total	**-**	**390**

13. Impostos Diferidos:

	2021	2020
IRPJ	-	24
CSLL	-	9
Total	**-**	**33**

14. Patrimônio líquido: 14.1. Capital social: O capital social subscrito é de R$ 20.598 e estão representadas por 20.598.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. A composição do capital social é como segue:

	2021	2020
Carlos Cesar Floriano	10.299	10.299
Alípio José Gusmão dos Santos	10.299	10.299
Total	**20.598**	**20.598**

14.2. Dividendos e reservas: A destinação do lucro do exercício será como segue: **a)** 5% serão aplicados na constituição da reserva legal nos termos e até os limites estabelecidos no artigo 193, da Lei Federal nº 6.404/76; **b)** 1% serão para pagamento de dividendos obrigatórios; **c)** O Lucro remanescente será destinado conforme deliberação da Assembleia Geral. No ano de 2021 e 2020, não foi constituído qualquer reserva e não houve o pagamento de dividendos devido à existência de prejuízos acumulados.

15. Receita: Não há receitas devido a reestruturação da organização para distribuidora de combustíveis e o aguardo da autorização dos órgãos reguladores.

16. Custos da prestação de serviços:

	2021	2020
Pessoal, respectivos encargos	-	(52)
Serviços contratados de terceiros	-	(31)
Depreciações e amortizações líquidas	-	(29)
Gastos gerais	-	(306)
Total	**-**	**(418)**

17. Despesas administrativas, comerciais e gerais:

	2021	2020
Serviços consultoria e assessoria (a)	(147)	(82)
Tributos e Contribuições (b)	(53)	(151)
Ocupações e utilidades (c)	(443)	(24)
Depreciação e amortização (d)	(278)	(758)
Despesas Indedutíveis	(6)	(6)
Despesa com pessoal e autônomos	(106)	-
Outras	3	45
Total	**(1.030)**	**(976)**

(a) Em 2021 houve um aumento com gastos de manutenção em suas instalações e com assessoria contábil devido a alterações junto a Secretaria do Estado; (b) A empresa negociou os custos de locação em 2021, entrando em um acordo para não reembolsar os custos de IPTU; (c) Desde 2020 a despesa com aluguel foi suspensa, porém em 2021 passamos a registrar o gasto com aluguel e efetuar a baixa em sua totalidade como "Desconto Obtido"; (d) A redução no registro da amortização se deve ao fato dos valores correspondentes ao custo terem alcançado 100% do valor registrado.

18. Despesas e receitas financeiras:

	2021	2020
Receitas financeiras		
Descontos Obtidos (a)	403	176
	403	**176**
Despesas financeiras		
Impostos sobre câmbio	-	-
Juros passivos s/mútuos	(9)	(6)
Juros passivos	-	(3)
Despesas Bancárias	(2)	(2)
	(11)	**(11)**
Resultado financeiro	**392**	**165**

(a) Em 2021 a empresa negociou o valor do aluguel registrando durante o exercício o desconto acordado. **19. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros:** Gerenciamento de riscos: A Empresa participa de operações envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais que se destinam a atender às suas necessidades operacionais, bem como a reduzir a exposição a riscos financeiros, principalmente de crédito e aplicações de recursos, riscos de mercado (câmbio e juros) e risco de liquidez, ao qual a Empresa entende que está exposta, de acordo com sua natureza dos negócios e estrutura operacional. A Administração desses riscos é efetuada por meio de definição de estratégias elaboradas e aprovadas pela Administração da Empresa, atreladas ao estabelecimento de sistemas de controle e determinação de limite de posições. Não são realizadas operações envolvendo instrumentos financeiros com finalidade especulativa. Adicionalmente, a Empresa procede com a avaliação tempestiva da posição consolidada acompanhando os resultados financeiros obtidos, avaliando as projeções futuras, como forma de garantir o cumprimento do plano de negócios definido e monitoramento dos riscos aos quais está exposta. As descrições dos riscos da Empresa são descritas a seguir: Riscos de mercado: O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado são afetados por dois tipos de risco: risco de taxa de juros e risco de variação cambial. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem aplicações financeiras, contas a receber de clientes e contas a pagar. Risco de crédito: O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente o que levaria ao prejuízo financeiro. A Empresa está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (